

A enunciação em Benveniste e em Ducrot

Nerci D'Ávila*

Resumo – Este texto tem o propósito de estabelecer uma relação entre a teoria enunciativa de Benveniste e a de Ducrot. Para isso, parte de uma síntese das teorias enunciativas dos dois lingüistas. O foco da comparação entre as duas teorias é a presença do sujeito no enunciado, já que as teorias enunciativas estudam, justamente, essas marcas e que se reconhece a Benveniste o mérito de haver dado ao sujeito um lugar na teoria lingüística.

1 Introdução

A lingüística, ao instituir-se como ciência no início do século passado, a partir de Saussure, determinou a língua, e não a fala, como seu objeto, já que é na língua que podem ser examinadas as relações internas ao sistema. É daí, portanto, que resulta uma série de dicotomias funcionais: sincronia/diacronia, língua/fala, sentido/significação, semiótico/semântico, competência/performance, enunciado/enunciação, etc.

É evidente que as exclusões resultantes do corte epistemológico, que cindiu a linguagem em língua e fala, recaem todas sobre o sujeito, na medida em que sua atividade, ligada ao exercício da linguagem, remete ao individual, ao domínio residual da fala, o qual escapa às sistematizações próprias da linguagem: “não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados” (Saussure, 1975, p.31).

Nesse contexto, assumem especial relevância os trabalhos de Benveniste e dos demais autores de teorias enunciativas, como Ducrot, Bakhtin, Authier-Revuz e Jakobson, os quais, embora vin-

* Curso de Letras da Universidade de Santa Cruz – UNISC.
e-mail: davila@viavale.com.br

culados ao quadro saussuriano, na medida em que mantêm a noção de língua como conjunto de signos, recuperam os elementos ditos residuais.

Tais estudos evidenciam, portanto, que muitos aspectos atribuídos por Saussure à fala poderiam ser estudados em sua regularidade, possibilitando identificar as marcas da atividade do homem na língua. Dessa forma, fundam uma nova relação com a língua, “a língua enquanto assumida pelo homem que fala”, condicionada à intersubjetividade, sem a qual é impossível a comunicação lingüística.

Mas cabe lembrar que a maioria desses estudos não considera a relação língua-mundo. Apóia-se no nível intralingüístico, concebe a língua como virtualidade – “possibilidade da língua” – e, portanto, isenta de referência extralingüística. Sob esse enfoque, apreender o sentido de frases ou enunciados, produtos da enunciação, implica identificar as marcas deixadas pelo locutor ao assumir-se como sujeito de seu discurso.

Este texto tem o propósito de estabelecer uma relação entre a teoria enunciativa de Benveniste e a de Ducrot. Para isso, parte de uma síntese das teorias enunciativas dos dois lingüistas. A opção por analisar somente a teoria de Ducrot em relação à de Benveniste decorre do limite de extensão estabelecido para o artigo.

O foco da comparação entre as duas teorias é presença do sujeito no enunciado, já que as teorias enunciativas estudam, justamente, essas marcas e que se reconhece a Benveniste o mérito de haver dado ao sujeito um lugar na teoria lingüística.

2 A língua tem o aparelho formal da enunciação: Benveniste

Benveniste, apesar de sustentar sua semântica em princípios estruturais, inclui os estudos da enunciação no objeto proposto por Saussure: introduz na lingüística as noções de sujeito e de referência. Seu conceito de semântica possibilita o restabelecimento de relações entre os âmbitos semiótico, o intralingüístico, e o semântico, que contempla a instância do sujeito em sua própria linguagem. Assim, considera, ao mesmo tempo, o sentido do signo em face de outro signo (relação de paradigma) e o sentido resultante de uma atividade do locutor que coloca a língua em funcionamento (relação de sintagma).

Para desenvolver a sua teoria, estuda a natureza dos pronomes, deles depreendendo as marcas da subjetividade, mostrando que, quando o indivíduo se apropria da linguagem, ela “se torna

em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção lingüística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor” (1976, p. 281). Para Benveniste, essa noção decorre de um ato individual de apropriação da língua, em que “*eu*” profere *eu*, instalando, dessa forma, na linguagem, a subjetividade, ou seja, “a capacidade de um locutor propor-se como sujeito”.

Mas a expressão do *eu* só é possível por contraste, já que “*eu*” somente emprega *eu* dirigindo-se a um *tu*. Essa condição de diálogo, constitutiva da *pessoa*, implica reciprocidade: locutor e alocutário revezam-se na manifestação da linguagem. A intersubjetividade é que assegura, portanto, a categoria lingüística de pessoa: o sujeito constitui-se na medida em que interage com um *tu*.

Já a terceira pessoa situa-se fora da relação pela qual *eu* e *tu* se definem: um predicado envolvendo *ele* somente é bem formado fora dessa relação. Assim, o autor questiona a legitimidade dessa forma como “pessoa”, já que se trata de “forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa”, correspondendo a um objeto situado fora da alocação.

Porém, de acordo com Benveniste, a “terceira pessoa” – “a não-pessoa” – somente “se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como “não-pessoa”. Desse modo, essa forma assume o seu valor devido ao fato de integrar, obrigatoriamente, um discurso enunciado por “*eu*”. De acordo com o lingüista, ela é a única forma enunciativa possível para as instâncias de discurso que não remetem a si mesmas, “mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o quê*, exceto a própria instância, podendo sempre *esse não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva”.

Assim, Benveniste chama a atenção para o fato de os pronomes não constituírem uma classe unitária, porém espécies diferentes conforme o modo de linguagem do qual são signos. Dessa forma, uns deles pertencem à sintaxe da língua, enquanto outros integram o que o autor denomina as “instâncias do discurso”, ou seja, “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra pelo locutor”.

As pessoas *eu* e *tu* têm como característica a *unicidade* específica: o *eu*, que profere *eu*, e o *tu*, ao qual *eu* se dirige, são sempre únicos. Já *ele* pode ser “uma infinidade de sujeitos – ou nenhum” (idem, p. 253).

Outra característica das pessoas *eu* e *tu* é a sua inversibilidade. Com efeito, *eu* assim se constitui por se enunciar *eu* e, desse

modo, opor-se a *tu*. Basta, porém, que *tu* se diga *eu* para que as posições se invertam. Entretanto, nenhuma relação paralela ocorre entre essas duas pessoas e *ele*, visto que *ele* – a não-pessoa – “em si não designa especificamente nada nem ninguém” (idem, p. 253).

Uma terceira característica das primeiras pessoas é a impossibilidade de realizar a predicação verbal: “a ‘terceira pessoa’ é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente” (idem, p. 253).

Desse modo, são fornecidos todos os elementos necessários para o estabelecimento da estrutura das relações pessoais da língua. Essa estrutura comporta, então, primeiramente, uma oposição entre *eu-tu* e *ele*, denominada por Benveniste *correlação de personalidade*: *eu* e *tu* são marcados pelo traço *pessoa*, enquanto *ele* é privado dessa marca.

Mas o lingüista, instituindo *eu* como a pessoa *interior* ao enunciado e *exterior a tu*, introduz, na estrutura das pessoas verbais e no próprio interior da correlação anterior, uma outra correlação, a *correlação de subjetividade*, que estabelece uma oposição entre a *pessoa-eu* e a *pessoa não-eu*. Com efeito, *tu*, embora efetivamente considerado um elemento da correlação de pessoalidade, é *instaurado* por *eu* fora dele, numa exterioridade que só pode ser concebida a partir de *eu*. Essa exterioridade não implica, porém, a supressão da *realidade humana do diálogo*. Assim, o autor define o *tu* como a *pessoa não-subjetiva*, contrapondo-a a *eu*, *pessoa subjetiva*.

Além disso, conforme Benveniste, *eu* é sempre *transcendente* em relação a *tu*. Essa transcendência não significa, no entanto, hegemonia do primeiro em relação ao segundo, uma vez que, por serem inversíveis, suas posições são sempre relativas e transitórias. Assim, nenhum dos dois termos prescinde do outro; são complementares, porém de acordo com “uma oposição interior/exterior”, sendo, ao mesmo tempo, “reversíveis”.

De acordo com o autor (idem, p. 279-280), *eu* e *tu* vinculam-se a uma série de *indicadores*, de diferentes classes – pronomes, advérbios e locuções adverbiais –, através da referência *constante e necessária* à instância de discurso. Essas formas não remetem à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, sempre nova, em que emergem, refletindo, portanto, seu próprio emprego, que possibilita “a conversão da linguagem em discurso”.

Benveniste denomina tais formas “signos ‘vazios’, não-referenciais com relação à ‘realidade’, sempre disponíveis” e que se plenificam no ato de um locutor deles se apropriar em seu discurso. Com efeito, é assumindo-se como pessoa, pronunciando *eu*, que cada um dos locutores se institui, alternadamente, como sujei-

to de sua fala. Dessa forma, os indicadores *eu* e *tu* não podem existir como signos virtuais: só existem atualizados na instância de discurso, em que expressam o processo de apropriação da língua pelo locutor.

As formas *eu*, *tu* e suas correlatas (*este*, *aqui*, *agora*, etc.) são, desse modo, formas lingüísticas *vazias* de significação, que apenas se tornam plenas através da subjetividade que se manifesta *na e pela* enunciação. Já a não-pessoa – o *ele* –, na língua, significa *o não importa quem ou não importa o quê*; na instância de discurso, porém, *atualiza-se* de acordo com a situação na qual o locutor se insere, de acordo com a atitude desse locutor frente à situação.

O autor (1970, p. 84), ao definir a enunciação como “um processo de *apropriação*” do aparelho formal da língua pelo locutor, o qual “enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos”, dá relevo ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite. Mas não se pode esquecer, também, que, para o autor (1968, p.101), “cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou aos outros”, ou seja, o sujeito só se instaura por contraste: a “condição de diálogo é constitutiva da pessoa”.

Nesse sentido, o sujeito da enunciação benvenistiano é um sujeito lingüístico: é a representação daquele que fala e, dessa forma, deve ter pessoa, tempo e lugar. É sempre um *eu*, que, tendo como referência um *tu*, opera, durante o processo da enunciação – ou durante o processo de produção do enunciado –, no espaço do *aqui* e no tempo do *agora*.

Flores (2001, p. 11) diz que as marcas de enunciação no enunciado remetem “à instância” em que o enunciado é proferido, “fazendo emergir o sujeito da enunciação”. Lembra, também, que as teorias da enunciação analisam essas marcas, e não o próprio sujeito.

Normand (1996, p.147) afirma que a teoria da enunciação benvenistianiana pressupõe um sujeito, porém não teoriza sobre ele. Segundo a autora, o sintagma “*sujeito da enunciação* seria o elemento central de uma teoria acabada; sua ausência é então significativa”. Assim, acrescenta que, quando Benveniste diz não haver “conceito ‘eu’ englobando todos os *eu* que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores, no sentido em que há um conceito de ‘árvore’,” é possível deduzir não apenas a inexistência de referência a “‘eu’ tal como uma entidade lexical poderia designar”, mas também a inexistência, na teoria lingüística, do conceito de sujeito, “enquanto que existe um conceito de signo”.

Dahlet (1997, p. 74), por sua vez, diz que o sujeito de Benveniste é "identificado por seu ato ao se representar, realizando-o". Afirma, também, que esse sujeito é totalmente topológico. Em primeiro lugar, "porque se trata apenas de sujeitos que se posicionam, portanto exclusivamente constituídos no espaço que eles abrem, como não deixa de sublinhar Benveniste, a partir da conceitualização precoce de um 'campo posicional do sujeito'". Em segundo lugar, "porque esse espaço está envolvido nas deformações contínuas dos objetos que ele organiza" (1966, p. 260).

Lahud (1979, p. 125), não se referindo especificamente à teoria benvenistiana, diz que o *sujeito da enunciação* corresponde ao "conjunto dos signos aos quais se aplicam as expressões 'indicadores de subjetividade', 'índices do discurso', 'signos da enunciação'...". Acrescenta que "em Benveniste a principal linha demarcatória é aquela que separa os termos conforme seu sentido contenha ou não uma referência necessária à enunciação e ao sujeito falante" (idem, p. 118).¹

De acordo com Barthes (1984, p. 182), Benveniste funda "a lingüística da interlocução", e "a linguagem, e, portanto, o mundo inteiro, articula-se sobre essa (sic) forma: *eu/tu*". Eis aí – acrescenta ele – o porquê da insistência de Benveniste em analisar, ao longo de sua obra, os pronomes pessoais, a temporalidade, a diátese, a composição e de bem cedo saber estabelecer uma ponte entre a lingüística e a psicanálise.

Ainda segundo Barthes (idem, p. 182), para Benveniste,

A enunciação [...] é o ato renovado, pelo qual o locutor toma posse da língua: o sujeito não é anterior à linguagem; só se torna sujeito na medida em que fala; em suma, não há 'sujeitos' (e, portanto, não há 'subjetividade'), há apenas locutores; bem mais [...], só há *interlocutores*".

É através da linguagem, que está organizada de forma a possibilitar a cada locutor apropriar-se da língua, que o homem constrói a sua identidade, que ele toma conhecimento de si, constituindo-se como sujeito do seu dizer. Mas o alvo da teoria da enunciação benvenistiana não é esse homem, não é esse sujeito: é o processo de enunciação. Assim, podemos dizer que essa teoria estuda a forma pela qual o sujeito, que emerge no ato de o locutor tomar posse da língua, declarando-se *eu* e instituindo, ao mesmo tempo, um *tu* diante de si, se marca naquilo que diz.

¹ Para Lahud (1979, p. 106), a definição da categoria de "pessoa" de Benveniste "permaneceu a pedra de toque de seus vinte e cinco anos de estudo sobre a "subjetividade da linguagem".

3 O uso da linguagem é inerentemente argumentativo: Ducrot

Tendo sido aluno de Benveniste, Ducrot sofreu a sua influência no que diz respeito à filosofia analítica, ao vínculo do estudo da linguagem com o estruturalismo saussuriano e com a enunciação. A tese por ele (e por Anscombe) defendida é a de que a argumentatividade está inscrita na própria língua, não constituindo, portanto, algo acrescentado ao uso lingüístico. De acordo com sua teoria (1987, p. 66), "a semiótica (entendida, no sentido de Benveniste, como um estudo dos sistemas de signos) não pode constituir-se sem incluir a semântica (estudo dos empregos dos signos)".

Ducrot (idem, p. 89) concebe a frase como "uma entidade lingüística abstrata", idêntica a si mesma em suas mais diversas ocorrências", e o enunciado, como "a ocorrência particular, a realização *hic et nunc* da frase". Denomina "significação" ao valor semântico atribuído à frase, e "sentido", ao atribuído ao enunciado.

Diz (idem, p. 41) que "o sentido de um enunciado é a maneira pela qual o enunciador apresenta seu ato de enunciação, a imagem que pretende impor ao destinatário de sua enunciação". Afirma (idem, p. 64) que "a língua, enquanto objeto teórico, deve conter uma referência àquilo que para Saussure constitui a fala". Portanto, de acordo com sua teoria, a descrição semântica do enunciado implica um recurso à enunciação.

A inclusão de Ducrot entre os teóricos da enunciação pode ser respaldada, principalmente, pelos textos sobre a teoria polifônica e sobre a teoria dos *topoi* argumentativos. No texto *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* (1987, p. 191), o autor propõe-se contestar a tese da unicidade do sujeito falante. Tenta mostrar que o autor de um enunciado jamais se expressa diretamente, mas que põe em cena, no mesmo enunciado, um certo número de personagens. De acordo com sua teoria, o sentido do enunciado nasce da confrontação desses diferentes sujeitos: ele nada mais é do que o resultado das diferentes vozes que ali aparecem. Dessa forma, o autor tenta adaptar a noção de polifonia à análise propriamente lingüística dos enunciados. Distingue, então, as funções de sujeito empírico, de locutor e de enunciador.

O sujeito empírico (SE) é o autor efetivo do enunciado. Mas, segundo Ducrot, é muito difícil determiná-lo. Assim, por exemplo (1988, p. 16), questiona a quem se poderia atribuir a função de SE no caso de uma circular administrativa: à secretária, ao funcionário que ditou a circular, ao funcionário de nível superior que tomou as decisões que ali se enunciam? O autor acrescenta que, na verdade,

a determinação do SE não é um problema lingüístico. Com efeito, o que deve interessar ao lingüista é o que está no enunciado, e não as condições externas de sua produção.

Já o locutor é a pessoa a quem se atribui a responsabilidade pela enunciação no próprio enunciado, ou seja, é o autor inscrito no próprio sentido do enunciado. Ducrot lembra (*idem*, p. 17) que o locutor pode ser totalmente diferente do SE, como ocorre, por exemplo, nos casos em que se concede "a palavra a seres que são incapazes de falar". Assim argumenta que o enunciado *Não hesite em utilizar-me*, encontrado em alguns cestos de lixo, remete a cesto, que, evidentemente, não é SE, mas que, no entanto, é apresentado como o locutor.

O autor distingue, ainda, no próprio interior da noção de locutor (ser do discurso), distinto do sujeito falante (ser empírico), o *locutor-enquanto-tal* (L) e o *locutor-enquanto-ser-do-mundo* (Y). O primeiro é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo essa propriedade. Já o segundo é um ser "completo", que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado. Ambos são seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado, e cujo estatuto metodológico difere totalmente daquele do sujeito falante.

Ducrot define enunciadores como "as origens dos pontos de vista que se apresentam no enunciado". O próprio locutor pode ser identificado com alguns desses enunciadores, mas, na maioria das vezes, apresenta-os guardando certa distância em relação a eles.

Descreve (1988, p. 163), em termos puramente argumentativos, os elementos semânticos apresentados pelos diferentes enunciadores. O ponto de vista de cada enunciador consiste em convocar, a propósito de um estado de coisas, um princípio argumentativo, o *topos*: "Este *topos*, comum à coletividade onde se profere o discurso, permite tirar o argumento do estado de coisas para justificar tal ou qual conclusão". Os *topoi* colocados em ação agem no local preciso onde se exerce o ponto de articulação entre a língua e o discurso argumentativo.

Segundo o lingüista, os *topoi* são princípios gerais que servem de apoio ao raciocínio. Não são asserções, uma vez que o locutor jamais se apresenta como sendo o autor (embora ele o seja efetivamente), mas estão sempre presentes, como objeto de um consenso no seio de uma comunidade.

Dado seu caráter gradual, cada *topos* possui duas formas equivalentes, as quais Ducrot (*idem*, p.129) denomina recíprocas. Assim, podemos imaginar um *topos T*, cuja propriedade *P* é favorável à propriedade *Q*, o antecedente *P* é um fator do conseqüente

Q. Isso significa, então, duas coisas diferentes, embora uma implique a outra. Pode significar, por um lado, que, *quanto mais se sobe na escala P, mais se sobe na escala Q*; mas pode significar, também, por outro lado, que, *quanto mais se desce na escala P, mais se desce na escala Q*. Percebe-se uma equivalência matemática nessas duas formulações: não se pode admitir uma e rechaçar a outra. Assim, essas duas formas tópicas recíprocas, embora lingüisticamente diferentes, são logicamente equivalentes.

Dois idéias essenciais estão, pois, na base da teoria da argumentação na língua, de Ducrot. De um lado, a idéia de um valor argumentativo situado em um nível semântico mais profundo que o ato de argumentação; de outro lado, a idéia de que esse valor se fundamenta na mobilização de *topoi* graduais, susceptíveis de receber duas formas formas tópicas recíprocas.

Pode-se dizer, então, que o fato de a teoria de Ducrot considerar, na representação do sentido do enunciado, tanto a presença de diferentes vozes (polifonia) quanto a evocação de princípios argumentativos (*topoi*) autoriza sua classificação como semântica argumentativa orientada às questões da enunciação.

4 Relacionando as duas teorias

A enunciação, para Benveniste, é o colocar a língua em funcionamento através de um ato individual de utilização. Sob este ponto de vista, apreender o sentido dos enunciados implica analisar as marcas da enunciação, a forma como o sujeito se marca naquilo que diz. Do mesmo modo, para Ducrot, o sentido do enunciado consiste numa descrição da enunciação, e esta descrição consiste em fazer aparecer a enunciação como a confrontação de diversas vozes que se sobrepõem ou se respondem umas às outras.

Assim, para ambos os lingüistas, a enunciação é um evento cuja descrição, de certa forma, está registrada no interior do próprio enunciado. Sob este aspecto, a situação passa a ser, praticamente, um conceito lingüístico, ou seja, a enunciação só registra da situação aquilo que é lingüisticamente produzido como situação.

Quanto ao sujeito da enunciação, a teoria benvenistiana estuda as suas marcas no enunciado, e não o próprio sujeito. Da mesma forma, segundo a teoria de Ducrot, o sujeito que aparece no enunciado não é um produtor de fala, mas de representações no sentido do enunciado, o que possibilita atribuir a enunciação a um ou a mais sujeitos.

Portanto, em relação ao tratamento dado ao sujeito da enunciação, também é possível, de certo modo, aproximar as duas teo-

rias, já que ambas contemplam um sujeito lingüístico, e não o sujeito empírico.

5 Conclusão

A teoria benvenistiana da enunciação é, portanto, a teoria da representação lingüística do sujeito e, como tal, fundamenta-se na definição da categoria lingüística de pessoa. Dessa categoria, resulta a subjetividade humana, subordinada à intersubjetividade. Com efeito, é *na e pela* enunciação que “eu” se estabelece como sujeito, estabelecendo, também, um *tu*, pois, antes disso, a língua é somente possibilidade. Assim, sob esse ponto de vista, a língua exerce função decisiva na constituição da identidade: é, acima de tudo, o lugar da subjetividade e da intersubjetividade, o lugar onde o *eu* encontra o *tu*, que o constitui e do qual é também constituído.

Porém o alvo da teoria de Benveniste não é o homem, sujeito de seu dizer, mas o processo de enunciação: a teoria estuda as marcas do sujeito naquilo que ele diz. Da mesma forma, para Ducrot, a enunciação é um evento cuja descrição está feita, basicamente, no interior do próprio enunciado. Pode-se dizer, então, que tanto aquele quanto este concebem a enunciação como um evento que só inclui da situação aquilo que a língua registra como situação.

Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude. De l'argumentation dans la langue à la théorie des *topoi*. In: ANSCOMBRE, Jean-Claude et al. *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995a.

———. La nature des *topoi*. In: ANSCOMBRE, Jean-Claude et al. *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995a.

———. Topique or not topique: formes topiques intrinsèques et formes topiques extrinsèques. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 24, 1995b.

BARTHES, R. Por que gosto de Benveniste. In: *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1980.

BENVENISTE, Émile. Tendências recentes em lingüística geral. In: ———. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, cap. 1, p. 3-18.

———. Natureza do signo lingüístico. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, cap. 4, p. 53-59.

———. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, cap. 18, p. 247-259.

———. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, cap. 20, p. 277-283.

———. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. In: Companhia Editora Nacional, 1976, cap. 21, p. 285-293.

———. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 3, p. 45-65.

———. A linguagem e a experiência humana. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 4, p. 68-79.

———. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 5, p. 81-90.

———. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 6, p. 93-104.

———. A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 15, p. 241.

DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1971.

———. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1972.

———. *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981.

———. *O dizer e o dito*. Traduzido por Ana Maria Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1987.

———. *Polifonia e argumentação*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

———. *Logique, structure, énonciation*. Paris: Minuit, 1989.

———. Topoi e formas topiques. In: ANSCOMBRE, Jean-Claude et al. *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995b.

———. Semântica e pragmática. In: *Une école pour les sciences sociales*. Paris: Minuit, 1996.

———. *L'argumentation*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1981.

FLORES, V. *Lingüística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: 1999.

———. Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução (primeira parte). In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LAHUD, Michel. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

NORMAND, Claudine. Le sujet dans la langue. In: *Langages*, n. 77, Paris, Larousse, 1985.

———. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L.; PARLATO, E. M.; RABELLO, S. (orgs.). *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996. (Série Linguagem)

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1971.

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. São Paulo: Ática, 1977.